



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20 20

RELATÓRIO ANUAL GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para Enfrentamento da
Pandemia na Educação no Estado de Rondônia

PARCEIROS





GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

COMPOSIÇÃO

REALIZADORES:

TCE – RO
MPC-RO
MPRO
TJRO
DPE-RO
CTE – IRB
ARTICULE

COORDENAÇÃO:

INSTITUTO ARTICULE

ALESSANDRA GOTTI
Presidente-Executivo do Instituto Articule

ISMAR BARBOSA CRUZ
Membro do Conselho de Governança do Instituto Articule

PARTICIPANTES:

PAULO CURI NETO
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia

ALEXANDRE JÉSUS DE QUEIROZ SANTIAGO
Promotor de Justiça Titular - Promotoria de Educação de Porto Velho/RO

MARCOS GIOVANE ÁRTICO
Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância - GAEINF

SÉRGIO MUNIZ NEVES
Defensor Público de Entrância Especial e Coordenador do Núcleo da Cidadania da Comarca de Porto Velho/RO

ISAÍAS FONSECA MORAES
Desembargador e Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Presidente Interino e Diretor Executivo da Associação Rondoniense de Municípios – AROM

VILSON SENA DE MACEDO
Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Rondônia – UNDIME/RO

AUGUSTO PELLUCIO
Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO

HORÁCIO BATISTA GUEDES
Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia – CEE/RO

SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU
Secretário de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC/RO

VERA LUCIA QUADROS
Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia – COSEMS-RO

ANA FLORA CAMARGO GERHARDT
Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA/RO

ANA LÚCIA DIAS CARNEIRO
Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Rondônia –



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	03
2.	DAS DISCUSSÕES E CONQUISTAS	05
3.	CONCLUSÃO	31
4.	ANEXO CONQUISTAS RELEVANTES	32



INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), por meio do seu novo planejamento estratégico, elegeu a política pública educacional como principal foco de atuação para o ciclo 2021-25.

Em decorrência disso, no início de 2020, a Corte de Contas Estadual aderiu ao termo de cooperação técnica (ACT) da Atricon, IRB e Instituto Articule, com o propósito de contribuir com a atuação dos Tribunais de Contas brasileiros na avaliação dos resultados alcançados pela política pública da educação.

O referido ACT previa, igualmente, a criação de um Laboratório de Inovação para Articulação Interinstitucional, com objetivo de aperfeiçoar a governança multissetorial e multinível, em especial mediante diálogo, pactuação e monitoramento entre os atores responsáveis por sua execução e controle.

Em virtude da pandemia da Covid-19, o Laboratório acabou ganhando a alcunha de Gabinete de Articulação para o Enfrentamento da Pandemia na Educação no Estado de Rondônia (GAEPE/RO). Fruto da exitosa experiência do **Instituto Articule** em contribuir com a ampliação do acesso à educação infantil no estado de São Paulo, o GAEPE/RO visa alicerçar-se como um indutor da promoção de boas práticas que ajudem a superar os desafios trazidos pela crise sanitária mundial à política educacional no estado.

Nas suas mais de 20 reuniões ordinárias realizadas em 2020, bem como de encontros com a Casa Civil, a provocação para a ocorrência de uma audiência pública e um evento promovido com prefeitos recém empossados, dentre outros, pode-se dizer que o propósito inicial do GAEPE/RO foi cumprido com louvor. Por se dirigir à gestão pública para a construção dialogada de soluções aos problemas enfrentados, o Gabinete construiu o caminho para dar segurança jurídica aos gestores, prevenindo ou minimizando a judicialização de demandas sociais.

Atuou fortemente na discussão sobre o retorno às atividades presenciais das redes, pautou a regulamentação dos Conselhos de Educação, alinhou o trabalho de fiscalização dos órgãos de controle, além de ter publicado notas técnicas, ser mencionado em eventos e artigos a nível nacional, e ser reconhecido como uma experiência a ser copiada, em evento patrocinado pelo Tribunal de Contas da União.

O maior desafio para 2021 é o de estender o raio de atuação do GAEPE/RO para além da pandemia, contribuindo para o propósito para o qual ele foi originalmente pensado, o de ajudar na promoção da melhoria dos indicadores educacionais em Rondônia, por meio de ações estruturantes e da inovação.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



ABRIL



1. O Gabinete de Articulação para o Enfrentamento da Pandemia na Educação no Estado de Rondônia (GAEPE/RO), considerado uma importante, pioneira e histórica iniciativa, iniciou suas atividades em 28.04.20 por meio de reuniões *on-line* de trabalho, que ocorreram durante o exercício de 2020.

Na primeira reunião de trabalho, foram apresentados o escopo e resultados do Instituto Articule, bem como registrou-se que o GAEPE/RO, como um todo, visa analisar uma visão macro da situação e estabelecer um diálogo interinstitucional com os gestores a fim de efetuar ações eficazes e tempestivas, criando alinhamento e evitando judicializações desnecessárias. Foram destacados ainda o apoio e a segurança jurídica que as futuras investidas do GAEPE representariam para os gestores.

Além da instalação do GAEPE, foi exposta a preocupação do TCE-RO relativa à distribuição da alimentação escolar e ao planejamento das redes de ensino para o período de volta às aulas. Nesse sentido, foi requerido aos gestores a elaboração de planos de ação para o retorno às atividades, levando ao conhecimento dos respectivos conselhos de educação e dos órgãos de controle.

Ressaltou-se a necessidade da ministração das aulas remotas, apesar dos obstáculos, pois a ausência de conteúdo na rede pública significará uma maior discrepância de ensino com relação ao ensino particular, acrescentando que o envio das atividades físicas colabora para manter o vínculo entre escola e aluno, o que resultará na redução da evasão escolar.

Após a primeira reunião, em virtude de Decreto do governador do Estado autorizando as redes municipais a retomar as atividades educacionais a partir de 04 de maio, com a curva da contaminação no território ascendente, o GAEPE/RO emitiu Nota Técnica, recomendando a manutenção da suspensão temporária e retorno gradual e planejado das aulas presenciais nas redes de ensino do Estado e dos municípios, como medida de prevenção ao contágio por coronavírus, e o retorno planejado e gradual, a partir da apresentação de protocolo, condicionado à prévia avaliação de risco sanitário, o que, felizmente, foi acatado.

(CONQUISTA) Aulas permaneceram suspensas, por medida de segurança, com recomendação de que fossem retomadas gradualmente, com apresentação de protocolo. Por meio de Nota Técnica publicada em 30/04/2020, recomendou-se a manutenção da suspensão temporária e o retorno gradual e planejado das aulas presenciais nas redes de ensino do Estado e dos municípios, como medida de prevenção ao contágio por coronavírus. Estabeleceu, ainda, a apresentação de protocolo condicionado à prévia comprovação da avaliação de risco na saúde pública que autorize a abertura das escolas.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20

MAIO



2. Na reunião do dia 08/05, discutiu-se sobre a regulamentação das atividades escolares remotas por meio do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), enfatizando-se que as formas de aproveitamento, frequência e avaliação deveriam ficar sob decisão das unidades escolares, porém os parâmetros que deveriam resguardar o aprendizado dos alunos encontravam-se ausentes. Frisou-se que as etapas de alfabetização mereciam uma atenção diferenciada, e que a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) abria espaço pra manifestações do controle social.

Com relação à distribuição de merenda escolar, foi dada ciência que o Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância (GAEINF) elaborou minuta de recomendação às redes municipais para que não cessassem o fornecimento dos alimentos, por conta do volume em estoque. Na oportunidade, foi sugerido uma atuação em conjunto do TCE/RO com o MP/RO para fiscalizar a distribuição da merenda numa amostra maior de municípios, o que levou a unidade técnica do TCE-RO a realizar dois acompanhamentos, um na Secretaria de Educação do estado e outro na Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho.

(CONQUISTA) Foi construído consenso em torno da necessidade do cômputo das atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia.

(CONQUISTA) Alinhamento de ação fiscalizatória por parte dos órgãos de controle, com respeito à merenda escolar.

3. Em 14/05, foram abordadas as ações, estratégias e medidas adotadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), União dos Dirigentes Municipais de Educação de Rondônia (UNDIME), Conselho Estadual de Educação e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), com respeito à disponibilização de atividades não presenciais e o planejamento para a reorganização do calendário escolar.

Uma das questões discutidas foi em relação ao controle da frequência dos estudantes às atividades não presenciais e a adoção de estratégias para ampliação da disponibilização dessas atividades a todos os estudantes, inclusive os da zona rural, a fim de sustentar a equidade. Em outras palavras, como são concretizados os registros das atividades pedagógicas e a estratégia para ampliar a disponibilização das atividades remotas às populações mais vulneráveis, assim como o monitoramento do acesso dos estudantes.

De igual forma, foi citada a preocupação com o apoio aos docentes para que desenvolvessem conteúdos e atividades a distância, promovendo e estimulando a aprendizagem dos alunos.

(CONQUISTA) Obrigatoriedade de disponibilização de atividades não presenciais: contribuição para a revisão da Resolução n. 1253/20-CEE/RO, de 13 de abril de 2020, que passou a recomendar que todas as escolas, públicas ou privadas, ofertassem atividades de ensino remoto durante a pandemia.



4. Na 4ª reunião, realizada no dia **22/05**, a SEDUC apresentou o monitoramento do acesso dos estudantes às atividades remotas: apenas 9% (17.899 alunos em 404 escolas) dos estudantes da rede estadual não estavam sendo contemplados com o ensino remoto (desses 3.336 eram alunos indígenas isolados e outros 14.486 ribeirinhos), em virtude da não localização dos endereços para a entrega das atividades.

Foi relatado que o controle de acesso dos alunos é realizado pela supervisão escolar, por meio de registros das atividades feitas pelos alunos. Acrescentou-se que o uso do rádio no ensino remoto já é realidade em muitas comunidades e que ainda se estudava a possibilidade do uso de uma rede de TV aberta, mas não naquele momento. Por fim, registrou-se que a disponibilização de pacotes de dados para alunos e professores ainda é indisponível para Rondônia.

A UNDIME informou que o monitoramento tem sido feito por intermédio de fichas assinadas pelos responsáveis, que se comprometem a levar o material às crianças. De igual modo à rede estadual, àqueles que não têm a possibilidade de buscar, as secretarias usam meios alternativos para enviá-lo; e que alguns municípios adotaram a plataforma utilizada pelo município de Porto Velho, AVA, a qual verifica se o aluno está presente para realizar as atividades quando o acesso é realizado.

Representante da rede de ensino particular mostrou (por meio de dados) que o ensino remoto impactou na qualidade da aprendizagem, tendo em vista a queda significativa das horas de estudos dos alunos, em que pese a conscientização e uso de meios alternativos de estudos.

Fato importante, os participantes do encontro acordaram quanto à priorização curricular, com base na BNCC, objetivando o alinhamento dos conteúdos e de uma posterior identificação dos níveis de aproveitamento de tais conteúdos ministrados, o que foi um ganho para a governança na educação.

(CONQUISTA) Estratégia de priorização curricular: O GAEPE fomentou a estratégia de priorização curricular durante a pandemia, com a seleção de objetivos de aprendizagem essenciais que norteiem toda a rede, tendo como bússola a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

5. Na reunião do dia 29/05, o encontro destacou a experiência e o modelo adotado pelo Estado de Goiás no enfrentamento dos efeitos da pandemia. A secretária de educação relatou que estão sendo adotadas estratégias e ferramentas que são aprimoradas a cada momento, com os estudantes tendo acesso ao material pedagógico (listas de exercícios e apostilas) e ao material complementar por canais remotos (portal de conteúdos, aulas ao vivo na TV Aberta, facilitando o acesso dos que não têm aparelho celular) e por meio da entrega física, feita inclusive com a utilização do transporte escolar.

Destacou-se, ainda, a experiência com o Programa GoiásTec – Ensino Médio ao Alcance de Todos, que incluiu a compra de um satélite, sendo aprovado em 2019 pelo Conselho Estadual de Educação, visando à implantação do nível médio por mediação



tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que tenham carência de professores habilitados em todo o Estado.

Com relação à alimentação escolar, o Estado de Goiás criou um cartão-alimentação no valor de R\$ 75,00, cuja distribuição aos alunos dependia do preenchimento dos seguintes critérios: estar matriculado na rede estadual de ensino, ter frequência comprovada e ser cadastrado no programa Bolsa Família. No total, mais de 100 mil alunos foram beneficiados.

Com relação à priorização curricular, a secretaria informou que foram priorizadas as matérias de português e matemática, sendo ministradas em tempo de 15 minutos cada. E que, quando do retorno, a avaliação diagnóstica considerará a realidade socioemocional dos discentes, bem como as habilidades, competências e atitudes desenvolvidas.

(CONQUISTA) Participação da secretária estadual de educação de Goiás, uma vez que medidas adotadas naquele Estado puderam servir como insumo à gestão, principalmente com vistas a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e políticas públicas educacionais.

(CONQUISTA) Estratégia de ampliação da conectividade, com apoio do Sinepe-RO: contribuiu para ampliar a conectividade dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, por meio do apoio tecnológico e de infraestrutura oferecido por instituições afiliadas ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



JUNHO



6. Na primeira reunião de junho, no dia 05.06, o encontro explorou dois pontos principais, sendo o primeiro deles, com a participação de conselheiro do Conselho Nacional de Educação, um dos responsáveis pela elaboração do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

As indagações do grupo ao conselheiro do CNE focaram na estratégia de priorização curricular durante a pandemia, por meio da seleção de objetivos de aprendizagem essenciais que norteiem toda a rede, tendo como norte a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Conselheiro asseverou que a priorização curricular é muito relevante neste momento atípico, devendo-se observar as atividades essenciais de cada fase para que sejam adaptadas às exigências do momento, não se detendo a um caminho único. Em seguida, relacionou um conjunto de práticas que vêm sendo adotadas para monitorar o ensino, em que na pior das hipóteses pode ser enviado um questionário via Correios para receber um *feedback*, e que, nos casos possíveis, são usados meios como *podcasts*, *whatsapp*, rádio ou televisão para orientar o desempenho dos discentes.

Para um retorno às aulas presenciais de forma equitativa, o representante do CNE observou que certos fatores serão observados para a escolha do ciclo de ensino a ser priorizado, quais sejam: para a educação infantil e ensino fundamental, a necessidade de alguns pais em deixarem os filhos na escola para conseguirem trabalhar, e, para o ensino médio, a proximidade da data do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A explanação do exemplo de Goiás teve como objetivo permitir tanto o planejamento coordenado das atividades escolares durante a pandemia, quanto a reorganização do calendário escolar no pós-pandemia, visando garantir os objetivos de aprendizagem previstos nos currículos.

Outro ponto explorado durante a reunião foi o plano de retomada das aulas, tendo como primeira ação, a partir das balizas previstas na Recomendação Conjunta 01/2020/MPC/MPRO – Educação elaborada pelos Ministérios Públicos Estadual e de Contas, a necessidade de elaboração de um protocolo.

(CONQUISTA) Reorganização do calendário escolar: a participação do conselheiro nacional de educação deu subsídios para a elaboração da IN nº 1/20 da Secretaria do Estado de Educação (RO), prevendo procedimentos para a reorganização do calendário escolar.

7. No encontro de 12/06, deu-se amplitude à questão orçamentária na retomada das aulas presenciais, em virtude da rigidez orçamentária preexistente, especificamente quanto à existência de estimativa de despesa para tal retomada, haja vista que os valores repassados, a título de auxílio, pelo governo federal aos estados e municípios,



por meio da Lei Complementar nº 173/2020, pertence ao campo discricionário dos gestores.

Diante do preocupante fato de os planejamentos orçamentários municipais, em geral, estarem num estágio ainda embrionário, foi sugerido à SEDUC criar junto aos municípios, uma governança específica para a realização de uma ação coordenada de forma que o planejamento fosse feito de forma uniforme.

Sobre a conectividade, o representante da SEDUC informou que a Sala do Saber tinha previsão para começar a funcionar na semana seguinte, destacando que a plataforma do SINEPE contava com nove instituições cadastradas, das quais cinco eram faculdades do interior, cujos laboratórios estarão disponíveis aos alunos.

No tocante ao regime de colaboração, registrou-se a reunião ocorrida entre a SEDUC e a UNDIME e a homologação de nova Resolução n. 1256, junto ao Conselho Estadual de Educação, que prevê a necessidade da oferta das atividades pedagógicas não presenciais a fim de manter o vínculo entre escola e aluno.

(CONQUISTA) Parcerias para oferta de conteúdo online: Parceria Sala do Saber (SEBRAE-RO e SABER CURSOS EDUCACIONAIS) e Sinepe-RO - disponibilização de conteúdos de português e matemática para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental, por meio de plataforma virtual de ensino, que beneficiará, respectivamente, 27.836 e 25.505 alunos da rede pública dos respectivos anos.

(CONQUISTA) Nota Técnica nº 2 do GAEPE: em defesa de que ao menos 25% das receitas advindas do socorro fiscal do governo federal sejam direcionadas para a educação, em razão da queda da arrecadação tributária e do aumento de despesas em virtude da pandemia.

(CONQUISTA) Formação continuada: a SEDUC trabalhará em regime de colaboração com os municípios rondonienses, a fim de fortalecer o processo de formação continuada para gestores e professores da rede pública. A parceria é considerada fundamental, em especial quanto à melhoria dos indicadores da educação.

8. Em 26/06, foram explorados dois pontos principais durante o encontro online, sendo o primeiro deles, com a participação de representante da Agência Estadual de Vigilância Sanitária de Rondônia (AGEVISA/RO), que apresentou algumas medidas para saneamento do ambiente escolar para fins de retorno às aulas presenciais.

As indagações dos participantes focaram-se no refinamento das medidas sanitárias, no que diz respeito à aferição de temperatura na entrada da instituição (limite de 37,2°C), enquanto o protocolo de São Paulo instituiu em 37,8 °C; quais materiais de limpeza seriam mais eficazes para a higienização; se há um planejamento de rodízio dos alunos e, por fim, indagou-se qual seria o número estimado de estudantes por sala de aula e qual seria a progressão desse número.



Em resposta, a representante da AGEVISA consignou que reverá o limite de temperatura estabelecido, bem como, os materiais de limpeza eficazes estão arrolados na nota técnica da AGEVISA e no site daquela agência. Quanto ao limite de 40% de alunos por sala, foi fundamentado no Decreto n. 24.049 do governo do Estado, razão pela qual sugeriu a participação do Corpo de Bombeiros neste debate, a fim de trazerem dados mais precisos. Se a escola adotará barreiras acrílicas nas carteiras ou uso dos protetores faciais, medidas essas abarcadas na nota técnica, ficará a seu critério.

Sobre o escalonamento do retorno às aulas presenciais, considerando tratar-se de questão epidemiológica, órgãos como a SESAU teriam mais competência para propor medidas eficazes.

Outro ponto destacado foi a apresentação do plano de retorno da SEDUC, contendo medidas sanitárias, com sugestão de distanciamento entre os discentes (conforme o tamanho de cada sala de aula), controle de horários de alimentação, sinalização de rotas, aferição da temperatura de todos, disponibilização e uso obrigatório de máscaras, instalação de dispensadores de álcool em gel em todas as salas e corredores, dentre outras medidas similares às abordadas na nota técnica emitida pela AGEVISA.

(CONQUISTA) Participação da AGEVISA: a partir desse momento, a entrada da AGEVISA passa a pautar a discussão sobre segurança sanitária, que envolverá desde a regulamentação das normas dos Conselhos de Educação, bem como da fiscalização conjunta do TCE e MP, assim como com a promotoria de saúde de Porto Velho e secretarias municipais de saúde.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20 20

JULHO



9. Em 03/07, os participantes retomaram a discussão do retorno às aulas que, segundo representante da SEDUC, obedecerá ao parâmetro de que as aulas presenciais só poderão retornar quando o Estado entrar na fase 4, a qual será dividida por percentuais em três etapas: Etapa 1 (25% - 35% após 14 dias), Etapa 2 (50% - 45% após 42 dias), Etapa 3 (100% após 70 dias), e, de acordo com a capacidade das salas de aula, deverá possibilitar o rodízio de alunos.

O representante do Corpo de Bombeiros, após deliberação da AGEVISA, informou que o órgão sanitário determinou o espaçamento de 1 metro e 30 centímetros dentro de sala de aula e de 2 metros nas áreas externas. Assim, inicialmente, as salas abrigariam apenas 30% das suas capacidades.

Pontuou-se quanto às medidas pedagógicas, pois, no primeiro momento o ensino continuará desenvolvendo-se de forma híbrida, ou seja, parte presencial e parte remota, a partir de quando será feita uma avaliação diagnóstica para elaborar o plano de nivelamento, capacitação dos profissionais e atendimento socioemocional.

Questionou-se se os apontamentos englobavam as redes privada e pública, municipal e estadual, e se estava previsto na matriz curricular de 2021 aquilo que não fora alcançado em 2020. A SEDUC explicou que os apontamentos englobavam as redes privada e pública, municipal e estadual, em que estão sendo trabalhados os dois parâmetros (retorno na fase 4 e distanciamento de 2 metros preconizados pela AGEVISA). No que concerne à matriz curricular, a recuperação do conteúdo curricular de 2021 levará em questão aquilo que não tiver sido ministrado em 2020 e que foi priorizado.

10. No encontro do dia 10/07, deu-se relevo às discussões acerca do monitoramento das ações pedagógicas realizadas pelo Conselho Estadual de Educação, que criou uma comissão especialmente para esse fim, embasada pela Resolução 1253/20, a qual estabeleceu normas orientadoras, em caráter excepcional dentre outras providências, para a reorganização do calendário escolar de 2020, e facultou a oferta das atividades não presenciais; e pela Resolução 1256/20, publicada para complementar a resolução anterior e impor às escolas a obrigatoriedade de ofertar o ensino remoto aos discentes, das quais tiveram participam significativa as discussões promovidas no âmbito do GAEPE.

A comissão relatou o surgimento de impasses relativos à contabilização das atividades, se seria possível monitorar o acesso e qualidade dos estudos desempenhados, e a frequência dos alunos. Para fazer frente a isso elegeram a metodologia da alternância (rotatividade dos alunos entre atividades desempenhadas com a escola e outras para desenvolvimento no âmbito familiar), cujo acompanhamento das instituições será realizado por uma plataforma em desenvolvimento.

Destacou-se ainda a apresentação de minuta de lei da AROM, dispondo sobre a criação de um programa para o enfrentamento e manutenção da educação visando a proporcionar recursos financeiros, estimular o retorno, otimizar medidas que



minimizem os impactos dos tempos de aulas remotas, financiar ações para aquisição dos insumos e equipamentos de proteção individual.

No ensejo, foi solicitado aos gestores uma estimativa da necessidade de aporte orçamentário para atender às despesas excepcionais, destacando-se novamente a preocupação com o planejamento orçamentário durante a pandemia, considerando a ciência de que as despesas pedagógicas aumentarão e de outro lado as receitas como um todo diminuirão.

Ainda nessa seara, representante da SEDUC apresentou ponto relativo às despesas educacionais adicionais, abordando a importância dos treinamentos dos profissionais da educação, dos alunos, pais e responsáveis, e prosseguiu expondo o “Plano de biossegurança”, que abrangem os materiais e os custos para a volta às aulas.

Acrescentou, ainda, a elaboração de uma cartilha para os responsáveis pelo transporte escolar, que ensina a higienização correta dos veículos, e ressaltou que o contrato está suspenso e que o pagamento é feito por quilometro rodado.

(CONQUISTA) Monitoramento do controle de frequência e aferição de aprendizagem.

11. No dia 24/07, deu-se amplitude à falta de comunicação com os entes municipais e o estado, dada as dificuldades enfrentadas pelos primeiros para retomada das aulas presenciais. Destacou-se que, apesar do desenvolvimento de matrizes que norteiam as medidas sanitárias a serem adotadas, a conscientização também é imprescindível para que tudo ocorra de forma responsável. Não obstante a autorização para o retorno, seria necessário que os municípios também estivessem aptos para esse passo.

Como forma de articulação entre os municípios, houve a elaboração de uma cartilha para instrução da população quanto aos cuidados corretos e necessários para utilização do transporte escolar pelos alunos. A elaboração desse documento visou não apenas preparar uma parcela da retomada das aulas de forma presencial, mas oferecer uma base para os municípios que se encontravam com dificuldades para criação do planejamento de retorno.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



AGOSTO



12. Dando continuidade à discussão da reunião anterior, no dia 07/08, foi apresentada a proposta de Matriz Unificada de Procedimentos de Retorno às Aulas no Estado de Rondônia, promovida pela AROM, objetivando demonstrar as condições favoráveis para o retorno das aulas presenciais através de protocolos e processos unificados embasados nas medidas exitosas adotadas em outros países. Ainda, a proposta serviu como parâmetro para a elaboração da Plataforma da Transparência, que procura informar as medidas adotadas para atendimento das necessidades escolares durante e após o período da pandemia.

Ao fim, foi lembrado o Plano de Solvência, minuciando as origens de cada um dos recursos a seres resgatados para suprir as necessidades apresentadas pelo estudo orçamentário encaminhado.

(CONQUISTA) Plataforma de Transparência da AROM: cadastramento de professores e alunos (32.819 do ensino fundamental) de 203 escolas; capacitação de técnicos de subgerência para ensino das funcionalidades da plataforma.

(CONQUISTA) Proposta de matriz unificada pela AROM (condicionantes para o plano de retorno), assim como a apresentação de minuta de lei dando prioridade ao financiamento da educação, conforme Nota Técnica nº 2 do GAEPE. Participação do secretário estadual de Finanças.

13. O encontro do dia 21/08 abordou considerações a respeito da proposta da Matriz Unificada de Procedimentos de Retorno às Aulas no Estado de Rondônia. Boa parte dessas reflexões girou em torno da necessidade de aprofundamento dessa Matriz em medidas pedagógicas e psicossociais, na preparação dos alunos e funcionários para a volta às aulas. Ainda, destacou-se a inclusão de orientações aos municípios sobre os aspectos orçamentários e administrativos que regerão esse retorno, uma vez que cabe a cada município prever, de acordo com a sua realidade, o impacto orçamentário que pode ocorrer.

Outro ponto debatido se referiu às instituições de ensino superior privadas que, apesar de possuírem autorização para o retorno das aulas antes das instituições públicas, buscam manter o ensino remoto pelo máximo de tempo possível, retornando gradualmente com as atividades laboratoriais no módulo presencial, o que tem se mostrado eficaz. Com esse método, buscou-se orientações acerca da educação infantil e especial na seara do ensino privado, a forma como está sendo planejado esse retorno, para, também, servir de base ao ensino público.

Notório apontamento foi feito a respeito da autonomia familiar: a possibilidade de escolha das famílias em enviar seus filhos às escolas em tempos tão incertos. Apesar dos dados apresentados demonstrando o baixo índice de carga viral nas salas de aula, a volta às aulas não seriam de cunho obrigatório, considerando-se tanto a faculdade dos pais a respeito da decisão de envio, quanto os grupos de riscos compreendidos dentro dos ambientes familiares.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



SETEMBRO

14. Na 14ª reunião, ocorrida no dia 04/09, retomou-se a questão acerca da regulamentação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, além do controle das atividades remotamente ministradas, principalmente da rede pública, de que modo as avaliar e verificar.

Com relação aos Conselhos, noticiou-se que havia uma resolução a ser votada, estando em consonância com as determinações do Parecer n. 11 do Conselho Nacional de Educação – CNE e a publicação da Lei 14.040/2020 (convertida na Medida Provisória n. 934).


Quanto ao segundo ponto, referente ao controle das atividades, observou-se que, apesar do tempo já transcorrido, não havia ainda uma plataforma para esse serviço, sendo essa supervisão realizada pelos municípios através da entrega do material aos pais e posterior correção das atividades pelos professores, constatando-se, de forma precária, o nível de participação dos alunos.

Jogou-se evidência, mais uma vez, sobre a urgente necessidade de retorno às aulas, sobretudo daqueles alunos mais prejudicados com a pandemia, desde que com a anuência dos pais e obedecidas as medidas de restrição à saúde, conforme discutido nos encontros anteriores.

15. Na reunião do dia 18/09, dando continuidade aos pontos da reunião anterior, referente ao controle de frequência dos discentes, informou-se que esta tem sido realizada através da atualização diária, feita pelos profissionais de educação, da plataforma do sistema *Google DataStudio*. Com esse acompanhamento, constatou-se que 62% dos alunos receberam o auxílio *online* (através de plataformas como *Whatsapp* e *e-mail*) e 22% deles *off-line* (como materiais impressos e entregue aos pais), totalizando 84% de alcance aos alunos. Apesar dos dados animadores, ainda se constatou que 13% desse total são registros de alunos indígenas que atualmente não têm usufruído do ensino.

O segundo ponto debatido foi o acompanhamento da aprendizagem, consistindo no envio aos municípios de formulários para preenchimento dos resultados colhidos dos alunos. Ao receber a devolutiva desses dados, constatou-se um bom nível de detalhamento de informações, além da preocupação das instituições em garantir a aferição da aprendizagem de seus discentes. Posto isso, colacionou-se que uma avaliação diagnóstica de nivelamento de conhecimento dos discentes ocorrerá após a retomada das aulas presenciais.

Com relação à retomada, foi observado que a maioria dos prefeitos são resistentes com relação ao retorno das aulas, uma vez que cerca de 80% da população mostra-se contrária. Entretanto, mais uma vez foi ressaltado que um maior envolvimento dos municípios nas decisões pretendidas poderia reverter essa opinião, já que a falta de comunicação sobre a realidade em Rondônia referente à pandemia foi apontada como o vetor para essa reprovação.



(CONQUISTA) Sala do Saber: Plataforma desenvolvida para o uso dos laboratórios de informática das instituições de ensino superior. Parceria com 13 faculdades e mapeamento constando os 11 núcleos de tecnologia institucional espalhados pelo Estado que ofertam assessoria e treinamentos remotos aos técnicos da SEDUC, coordenadorias regionais, professores e equipe técnica das escolas.

(CONQUISTA) Reunião específica com Casa Civil em 17/09/20 para fomentar Decreto que preveja a possibilidade do uso de laboratórios pelos alunos que não tem conectividade.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20

OUTUBRO



16. No dia 01/10, a reunião foi iniciada com a apresentação do relatório de auditoria da equipe do TCE/RO, em parceria com os técnicos do MP, com respeito ao levantamento realizado com respeito aos planos de retorno. Constatou-se que, em 8 (oito) municípios, apesar dos esforços empreendidos em reuniões com todas as cidades de Rondônia e sendo oferecido modelos de planos de retorno, não houve a sua elaboração e que mais da metade dos planos de retorno ainda eram carentes de informações relevantes para um retorno concreto.

A reunião, então, centrou-se em quatro pontos principais:

i) As estratégias de busca ativa junto aos conselhos tutelares, que envolve o MP/RO: utilizam-se de entrevistas nas rádios e televisões locais, visitas às residências dos alunos, carreata com carro de som, reuniões com parceiros (Defensorias Públicas, Promotorias, Conselhos Tutelares e comércio) para levantamento dos alunos evadidos, por meio das 18 coordenadorias regionais nos 52 municípios.

ii) As informações sobre a efetiva divulgação da disponibilização e uso dos laboratórios das instituições de ensino para os alunos: encaminharam para as coordenadorias regionais de educação memorandos visando reforçar as orientações sobre a parceria entre a SEDUC e o SINEPE para o uso dos laboratórios de informática de faculdades nos municípios de Rondônia, e a reiteração quanto aos cadastros e agendamentos dos alunos na plataforma Educa Rondônia.

iii) A identificação e levantamento dos alunos com maior dificuldade, seja de acesso e/ou de aprendizado, que poderão ter atendimento prioritário no uso dos laboratórios das instituições de ensino: a utilização dos laboratórios encontra-se com atenção voltada para a identificação dos estudantes dos 3ºs (terceiros) anos do ensino médio que não possuem internet, e os que apresentam dificuldades de aprendizagem para que sejam incentivados ao uso dos referidos laboratórios. Entretanto, orientou-se que essa ação poderia ser mais bem mensurada para abarcar os alunos que não estão realizando as atividades, ao invés de focar apenas nesses dois grupos.

iv) As estratégias de comunicação mais ativas que poderão ser feitas com os sindicatos e famílias de alunos: iniciativas de comunicação vêm sendo feitas pelos meios digitais nessa época de distanciamento social, através, por exemplo, de *lives*, divulgando as atividades realizadas.

(CONQUISTA) Fiscalização TCE e MP/RO: Levantamento de auditoria para mapear preparo dos Municípios no planejamento da volta às aulas e implementação de providencias administrativas e orçamentarias.

17. Na reunião do dia 16.10, deu-se continuidade à apresentação do levantamento realizado pelo TCE/RO e técnicos do MP/RO acerca dos planos de retorno dos municípios, sendo já antecipado que nova auditoria será realizada tão logo os



municípios retornem às atividades presenciais. Ficou evidente a necessidade de capacitação dos municípios com relação ao tema de compras governamentais, o que mobilizou o TCE-RO a conduzir um webinar nesse sentido.

Foi relatado também sobre o conteúdo discutido na audiência pública conduzida pela SEDUC, dentre os quais o ponto que mais chamou a atenção foi o fato de que o sindicato dos professores defendeu que só retornariam às aulas depois da vacinação. Mais do que nunca, foi significativa a presença da classe de professores, o que reforçou ao GAEPE a necessidade de envolvê-los nas discussões.

Por fim, houve informe detalhado sobre o controle de acesso dos alunos às atividades não presenciais (controle de frequência), algo que o GAEPE vem constantemente cobrando ao longo das discussões.

(CONQUISTA) Webinar realizado pelo TCE-RO sobre Compras Governamentais: orientação às administrações públicas para viabilização das contratações em tempos de pandemia.

18. Para a reunião do dia 29/10, a pauta voltou ao tema do planejamento de retorno das aulas nos 52 municípios do Estado, visando o fortalecimento do regime de colaboração, sobretudo em relação aos pontos do levantamento apresentado: a adequação da infraestrutura e a aquisição de materiais e equipamentos necessários ao retorno presencial, e a possibilidade de prestar apoio àqueles municípios que ainda não elaboraram seus planos de retorno, bem como os que demandam melhorias e adequações.

Apesar das tentativas feitas pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, buscando auxiliar os municípios, observou-se alguma indiferença com relação às medidas apresentadas. Também foi estabelecida a aproximação e comunicação com os municípios através dos promotores – MPE/RO – em cada localidade, buscando maior dinâmica e seguimento a elaboração do plano de retorno, havendo a aplicação de medidas coercitivas de multas em casos de maiores descasos.

Foi apresentada ainda a Nota Técnica de n. 5/2020/AGEVISA-GTVEP, elaborada com o objetivo de esclarecer as medidas específicas e necessárias para a proteção dos alunos, professores e funcionários da educação, considerando a transmissibilidade da Covid-19 e sua relação com o ambiente escolar e as áreas de convívio.

(CONQUISTA) Fomento ao aprimoramento do regime de colaboração entre estados e municípios para o apoio técnico e financeiro na estruturação dos planos de retomada e as providências administrativas.

(CONQUISTA) Nota Técnica 3º do GAEPE: sobre retomada das aulas presenciais, de forma híbrida, gradual, organizada, mediante parecer prévio das autoridades sanitárias, como resultado das discussões que envolveram a AGEVISA.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



NOVEMBRO

19. Na reunião do dia 13/11, dois pontos foram delimitados: o relato do Ministério Público acerca da atuação das promotorias de justiça concomitante às ações derivadas da fiscalização conjunta com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO sobre os planos de retorno às atividades presenciais de ensino, e a apresentação da Nota Técnica da AGEVISA, especificamente relacionada ao planejamento de retorno às aulas, envolvendo as secretarias de saúde dos municípios, bem como as promotorias de justiça da saúde.

Quanto ao primeiro ponto, destacou-se a emissão do ofício-circular do GAEINF, sugerindo aos promotores de justiça, de acordo com suas independências funcionais, a realização do acompanhamento e fiscalização da elaboração dos planos de retomada das atividades escolares presenciais junto aos gestores municipais de educação, por meio da instauração de procedimento específico – administrativo ou inquéritos civis. Com isso, dos 52 municípios, 27 deles estavam sendo acompanhados através das promotorias de justiça.

Em relação ao segundo ponto, referente a Nota Técnica da AGEVISA, vários apontamentos foram feitos. Entretanto, foi necessário salientar, diante de todos os detalhes referente ao possível retorno, que as escolas não são lugares apenas de aprendizado. Uma maior proximidade entre a equipe da saúde e da educação, com apoio da assistência social (abusos, violência, etc.), é condição fundamental para compreender a situação e propiciar um processo exitoso.

Com relação ao transporte escolar, mostrou-se a disponibilidade dos recursos existentes nos municípios, porém, estes encontram-se impedidos de repassar os valores para as empresas, em razão da ausência da contraprestação dos serviços. Esse tema específico ficou de ser retomado novamente em futuras reuniões.

(CONQUISTA) Discussão da Nota Técnica da AGEVISA para volta às aulas e estruturação, com a promotoria de justiça da saúde, de estratégia para referenciar Unidades Básicas de Saúde (UBS) para suporte às escolas.

20. Sendo a penúltima reunião do ano, ocorrida no dia 27/11, foram destacados três pontos de pauta para serem tratados: o relato das ações dos Conselhos Municipais de Educação; a apresentação a respeito aos protocolos voltados ao transporte escolar e a da saúde financeira das empresas de transporte escolar; e informações a respeito do retorno às aulas presencialmente. Os assuntos objetivaram, dentro da ótica das últimas reuniões, o aperfeiçoamento do regime de colaboração entre Estado e municípios.

Com relação ao primeiro ponto, quanto ao relato dos Conselhos, destacou-se a existência de quarenta conselhos no Estado de Rondônia. Foram levantadas questões quanto às medidas adotadas na educação. Referente a quantos conselhos fazem parte das comissões existentes nos municípios sobre o plano de retorno, informou-se que 85% participam de alguma comissão, ao passo que 15% ainda não participam.

Avançou-se na apresentação da UNCME, sendo informado que fora realizada uma pesquisa pelos conselhos municipais com os pais dos discentes sobre o envio de seus filhos para as escolas, obtendo-se uma reposta de que 95% desses participantes não quererem o retorno de maneira presencial para as aulas de 2020. O interesse de que haja uma forma de aprovação por aulas remotas *on-line* e atividades impressas nas escolas prevalece.

Quanto ao segundo ponto, referente aos dados relacionados ao transporte escolar, 54% dos alunos municipais, 44% de alunos estaduais e um percentual de 2% de alunos filantrópicos utilizam, no estado de Rondônia, os dois meios de transportes, terrestre e fluvial, para acesso às escolas. Ainda foi apresentada a divisão de frotas próprias e terceirizadas, havendo trinta e oito municípios utilizando frotas próprias em conjunto com empresas terceirizadas, e quatorze municípios com frotas exclusivamente terceirizadas. Esses estudos concluíram que 73% das frotas estão em condições de volta às aulas, tendo minimamente um quantitativo reduzido impossibilitado de retorno.

No que diz respeito ao último ponto, apresentou-se a Nota Técnica n. 53/2020 da AGEVISA, que discorre sobre o protocolo sanitário para intensificar as ações de prevenção relacionadas à Covid-19 na comunidade escolar e estabelecimentos de ensino, minuciando diversos cuidados na utilização, manuseio e descarte a fim de evitar o máximo de contato entre pessoas e seus itens, encontrando alternativas para cumprimento do distanciamento com ênfase na correta higienização das mãos.

Apresentou-se, também, a Nota Técnica n. 5/2020/AGEVISA/GTVEP, já debatida em reuniões anteriores. Importante destaque dessa Nota foram os dados desse estudo garantindo que crianças têm, em sua concepção, fatores menores tanto de transmissão como de infecção do vírus, apresentando susceptibilidade significativamente menor à infecção pelo Sars-Cov-2 do que os adultos, representando uma fração mínima dos casos.

Para um melhor controle dos casos de infecção nas escolas, desenvolveu-se uma plataforma *online* para o registro imediato (até 24 horas) de casos suspeitos, em que a principal medida de identificação para o preenchimento dessa plataforma é por meio da triagem autodeclarada. O objetivo é para detecção real dos casos suspeitos para que a vigilância atue e se dirija *in loco* às escolas com os casos registrados.

Visando o retorno às aulas presenciais, frisou-se de forma enfática que todas as cautelas e parâmetros necessários serão tomados, para que a administração pública volte as aulas de forma gradativa, híbrida e segura, não faltando para isso toda e qualquer orientação por parte dos órgãos fiscalizadores no trato com os recursos públicos.



(CONQUISTA) Discussão do transporte escolar no interior, a partir do relato de que as empresas estão com dificuldades financeiras.

(CONQUISTA) Evento “A Gestão Educacional é da Nossa Conta”: o evento constou de uma série de palestras e foi destinado aos prefeitos eleitos e reeleitos em Rondônia e suas equipes de governo ou de transição, (secretarias municipais de educação, primordialmente), os quais participaram via sala virtual.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

20
20



DEZEMBRO



21. Na última reunião do ano, realizada no dia 18.12, foram discutidos aspectos relacionados à questão epidemiológica, além da política de vacinação dos profissionais de ensino. Avançou-se na articulação com a Casa Civil, com o intuito de se criar um tratamento específico (protocolo) em caso de Covid-19.

Deu-se continuidade à discussão relacionada ao planejamento de retorno às aulas com foco na saúde, em discussão que envolveu a Promotoria de Justiça da Saúde, a exemplo da estratégia relacionada aos protocolos a serem feitos pelos gestores escolares ante à presença de Covid nos alunos, e a possibilidade de referenciamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Por fim, o último ponto tratado foi relativo ao planejamento das redes estadual e municipais para 2021, sobretudo quanto ao fortalecimento do regime de colaboração entre estados e municípios, ocasião na qual a SEDUC sintetizou algumas amarrações relacionadas ao transporte escolar.

Tão importante quanto, foi que o fomento ao regime de colaboração conduzido pelo GAEPE resultou na compra compartilhada, com recursos do estado, de álcool em gel, líquido e máscaras para os 52 municípios, utilizando de parte dos recursos do auxílio federal, conforme recomendava a Nota Técnica nº 2 do GAEPE.

(CONQUISTA) Discussão do mapeamento epidemiológico dos professores e servidores da educação, vacinação prioritária e criação de serviço específico para tratamento em caso de covid (estratégia a ser negociada com Casa Civil).

(CONQUISTA) Fomento ao regime de colaboração: resultou na compra compartilhada, com recursos do estado, de álcool em gel, líquido e máscaras para os 52 municípios a ser ofertada através de termo de cooperação.



CONCLUSÃO

Toda crise traz consigo desafios e oportunidades. Em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, as ações voltadas para a educação foram no sentido de minimizar os efeitos deletérios provocados no aprendizado de milhões de crianças brasileiras, as quais já sofrem com a má qualidade do ensino público.

As iniciativas adotadas no âmbito do estado de Rondônia, por certo, contribuíram com o objetivo de mitigar tais reveses. A instituição do Gabinete de Articulação para o Enfrentamento da Pandemia na Educação (GAEPE/RO) foi um divisor de águas nesse sentido.

A construção conjunta de soluções com todos os interessados na política pública educacional ajudou a pavimentar um caminho onde não havia rotas, e as conquistas elencadas ao longo deste informativo, derivadas dessa ação articulada, cooperativa e dialógica denotam o êxito alcançado por meio dos encontros celebrados no ano de 2020.

Da inovação como fruto da oportunidade gerada, o GAEPE/RO se coloca como protagonista das discussões atinentes ao enfrentamento da pandemia na educação, dando solidez institucional à política educacional no estado. Para 2021, resta o desafio de retomar a missão para qual o Gabinete foi criado, cuja pretensão é ir além do enfrentamento da pandemia, mas de contribuir para a melhoria dos indicadores de acesso e qualidade da educação em Rondônia.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

ABR

(CONQUISTA) Aulas permaneceram suspensas, por medida de segurança, com recomendação de que fossem retomadas gradualmente, com apresentação de protocolo. Por meio de Nota Técnica publicada em 30/04/2020, recomendou-se a manutenção da suspensão temporária e o retorno gradual e planejado das aulas presenciais nas redes de ensino do Estado e dos municípios, como medida de prevenção ao contágio por coronavírus. Estabeleceu, ainda, a apresentação de protocolo condicionado à prévia comprovação da avaliação de risco na saúde pública que autorize a abertura das escolas.

MAI

(CONQUISTA) Foi construído consenso em torno da necessidade do cômputo das atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia.

(CONQUISTA) Alinhamento de ação fiscalizatória por parte dos órgãos de controle, com respeito à merenda escolar.

MAI

(CONQUISTA) Obrigatoriedade de disponibilização de atividades não presenciais; contribuição para a revisão da Resolução n. 1253/20-CEE/RO, de 13 de abril de 2020, que passou a recomendar que todas as escolas, públicas ou privadas, ofertassem atividades de ensino remoto durante a pandemia.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

MAI

(CONQUISTA) Estratégia de priorização curricular: O GAEPE fomentou a estratégia de priorização curricular durante a pandemia, com a seleção de objetivos de aprendizagem essenciais que norteiem toda a rede, tendo como bússola a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

MAI

(CONQUISTA) Participação da secretária estadual de educação de Goiás, uma vez que medidas adotadas naquele Estado puderam servir como insumo à gestão, principalmente com vistas a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e políticas públicas educacionais.

MAI

(CONQUISTA) Estratégia de ampliação da conectividade, com apoio do Sinepe-RO: contribuiu para ampliar a conectividade dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, por meio do apoio tecnológico e de infraestrutura oferecido por instituições afiliadas ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

JUN

(CONQUISTA) Reorganização do calendário escolar: a participação do conselho nacional de educação deu subsídios para a elaboração da IN nº 1/20 da Secretaria do Estado de Educação (RO), prevendo procedimentos para a reorganização do calendário escolar.

JUN

(CONQUISTA) Parcerias para oferta de conteúdo online: Parceria Sala do Saber (SEBRAE-RO e SABER CURSOS EDUCACIONAIS) e Sinepe-RO - disponibilização de conteúdos de português e matemática para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental, por meio de plataforma virtual de ensino, que beneficiará, respectivamente, 27.836 e 25.505 alunos da rede pública dos respectivos anos.

JUN

(CONQUISTA) Nota Técnica nº 2 do GAEPE: em defesa de que ao menos 25% das receitas advindas do socorro fiscal do governo federal sejam direcionadas para a educação, em razão da queda da arrecadação tributária e do aumento de despesas em virtude da pandemia.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

JUN

(CONQUISTA) Formação continuada: a SEDUC trabalhará em regime de colaboração com os municípios rondonienses, a fim de fortalecer o processo de formação continuada para gestores e professores da rede pública. A parceria é considerada fundamental, em especial quanto à melhoria dos indicadores da educação.

JUN

(CONQUISTA) Participação da AGEVISA: a partir desse momento, a entrada da AGEVISA passa a pautar a discussão sobre segurança sanitária, que envolverá desde a regulamentação das normas dos Conselhos de Educação, bem como da fiscalização conjunta do TCE e MP, assim como com a promotoria de saúde de Porto Velho e secretarias municipais de saúde.

JUL

(CONQUISTA) Monitoramento do controle de frequência e aferição de aprendizagem.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

AGO

(CONQUISTA) Plataforma de Transparência da AROM: cadastramento de professores e alunos (32.819 do ensino fundamental) de 203 escolas; capacitação de técnicos de subgerência para ensino das funcionalidades da plataforma.

AGO

(CONQUISTA) Proposta de matriz unificada pela AROM (condicionantes para o plano de retorno), assim como a apresentação de minuta de lei dando prioridade ao financiamento da educação, conforme Nota Técnica nº 2 do GAEPE. Participação do secretário estadual de Finanças.

SET

(CONQUISTA) Sala do Saber: Plataforma desenvolvida para o uso dos laboratórios de informática das instituições de ensino superior. Parceria com 13 faculdades e mapeamento constando os 11 núcleos de tecnologia institucional espalhados pelo Estado que ofertam assessoria e treinamentos remotos aos técnicos da SEDUC, coordenadorias regionais, professores e equipe técnica das escolas

(CONQUISTA) Reunião específica com Casa Civil em 17/09/20 para fomentar Decreto que previsse a possibilidade do uso de laboratórios pelos alunos que não tem conectividade..



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

OUT

(CONQUISTA) Fiscalização TCE e MP/RO: Levantamento de auditoria para mapear preparo dos Municípios no planejamento da volta às aulas e implementação de providencias administrativas e orçamentarias.

OUT

(CONQUISTA) Webinar realizado pelo TCE-RO sobre Compras Governamentais: orientação às administrações públicas para viabilização das contratações em tempos de pandemia.

(CONQUISTA) Fomento ao aprimoramento do regime de colaboração entre estados e municípios para o apoio técnico e financeiro na estruturação dos planos de retomada e as providencias administrativas.

OUT

(CONQUISTA) Nota Técnica 3º do GAEPE: sobre retomada das aulas presenciais, de forma híbrida, gradual, organizada, mediante parecer prévio das autoridades sanitárias, como resultado das discussões que envolveram a AGEVISA.



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

NOV

(CONQUISTA) Discussão da Nota Técnica da AGEVISA para volta às aulas e estruturação, com a promotoria de justiça da saúde, de estratégia para referenciar Unidades Básicas de Saúde (UBS) para suporte às escolas.

(CONQUISTA) Discussão do transporte escolar no interior, a partir do relato de que as empresas estão com dificuldades financeiras.

NOV

(CONQUISTA) Evento "A Gestão Educacional é da Nossa Conta": o evento constou de uma série de palestras e foi destinado aos prefeitos eleitos e reeleitos em Rondônia e suas equipes de governo ou de transição, (secretarias municipais de educação, primordialmente), os quais participaram via sala virtual.

DEZ

(CONQUISTA) Discussão do mapeamento epidemiológico dos professores e servidores da educação, vacinação prioritária e criação de serviço específico para tratamento em caso de covid (estratégia a ser negociada com Casa Civil).



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia

SÍNTESE CONQUISTAS

2020

DEZ

(CONQUISTA) Fomento ao regime de colaboração: resultou na compra compartilhada, com recursos do estado, de álcool em gel, líquido e máscaras para os 52 municípios a ser ofertada através de termo de cooperação.



OBRIGADO





GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Enfrentamento da Pandemia
na Educação em Rondônia



PARCEIROS

